

**A ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS DA UNIGRANRIO:
APONTAMENTOS SOBRE SUA PROPOSTA METODOLÓGICA.**

Marcio Eduardo Brotto¹

Resumo: A presente sistematização, tem por intuito apresentar as diretrizes gerais e metodológicas que norteiam a formulação e implementação do Curso de Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO, iniciado em 2011. O texto busca demarcar as bases do debate desenvolvido, refletindo sobre as mudanças sociais e seus reflexos no padrão das políticas sociais brasileiras e latino-americanas, fundamentadores de modalidades de pensar a proteção social e os sistemas de seguridade social. A partir disso, apresenta de forma objetiva a formatação do curso, índices de adesão ao longo dos anos, bem como alguns desdobramentos como o de estimulador e propulsor de adesão a mestrados em reconhecidas Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Especialização, Formação, Políticas Sociais e Proteção Social.

Summary: This systematization, is meant to provide general and methodological guidelines that guide the design and implementation of the Specialization Course in Social Policies of UNIGRANRIO, started in 2011. The text seeks to define the foundations of the debate developed, reflecting on the social changes and its effects on the pattern of Brazilian social policies and Latin American, fundamentadores modes of thinking about social protection and social security systems. From this it has an objective formatting of the course, adoption rates over the years, as well as some developments as the stimulator and adhesion propulsion masters in Higher Education Institutions recognized the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Expertise, Education, Social Policy and Social Protection.

¹ Assistente Social. Idealizador da Pós-Graduação em Políticas Sociais da UNIGRANRIO. Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

I) AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO BASE: ELEMENTOS FUNDAMENTADORES E ESTRUTURANTES DA PROPOSTA.

O debate acerca das Políticas Sociais e seus impactos no processo de consolidação da garantia de direitos colocam em evidência as interfaces políticas, econômicas e culturais no contexto das relações sociais. Conseqüentemente, ganha relevância, as análises sobre a formação e diretrizes do Estado, enquanto instância reguladora e provedora, que a partir dos anos de 1980, estabelece interlocução direta com a Sociedade Civil, cujo papel de democratização da esfera pública se vê ameaçada pelas reformas neoliberais.

Assim, resignificando conceitos democráticos, na busca pela centralização do poder das classes privilegiadas, as reformas de Estado acabam por incidir no desenvolvimento, pontual e segmentado, de ações que deveriam primar pela garantia da equidade ao sistema de proteção social e, por conseguinte, a garantia de direitos ao conjunto de cidadãos.

A Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO está voltada para formação de competências acadêmicas, técnicas e políticas relacionadas tanto à produção de conhecimento sobre as expressões e configurações contemporâneas da questão social, quanto à formulação, gestão, execução, monitoramento e avaliação das políticas sociais, garantidoras dos direitos de cidadania.

Assim, pressupõe o desafio de pensar as bases que integram uma nova institucionalidade das políticas sociais, reafirmando a garantia dos parâmetros democráticos defendidos e dos, até então, conquistados.

A proposta do curso se justifica diante a continua demanda por atuação profissional em ações desenvolvidas no contexto de execução das Políticas Sociais e, por conseguinte, em ações destinadas a garantia dos direitos de cidadania da população usuária dos serviços. Neste sentido, torna-se cada vez mais importante qualificar profissionais para compreensão da trajetória das Políticas Sociais e sua correlação com a garantia de uma cidadania plena, debatendo e analisando os processos históricos existentes. Tomando por base elementos teórico-conceituais, mas também, experiências cotidianas de execução de políticas sociais, atentamos para uma fundamentação que de base para uma leitura da conjuntura sócio-política

sobre o tema, estimulando pesquisas e práticas reflexivas que venham a se constituir em novas estratégias de intervenção.

Pensar o desenvolvimento da cidadania, e a garantia de direitos sociais, no contexto de um processo democrático, requer pensar na constituição do Estado no enfrentamento das desigualdades da sociedade capitalista e, por conseguinte, no desenvolvimento de um sistema de proteção social. Assim, destaca-se como eixo de análise, à constituição, diretrizes e desenvolvimento dos Welfare State, interpretado como uma exigência histórica, o que decorre para uns do processo de industrialização e acumulação do capital; para outros da deflagrada modernização e urbanização crescente. Sua implementação, independente dos padrões, acaba por mediar conflitos e diminuir, ou restringir, os efeitos das questões sociais, que ao invés de equacionada se reformula e se apresenta sob novas expressões.

Neste contexto, o avanço e ampliação dos Welfare se veem ameaçados em fins do século XX, a partir de mudanças que, dentre outros aspectos, impactam o mundo do trabalho. As ideias neoliberais de reforma do Estado desaceleram a expansão dos Welfare e, em grande parte do mundo, limitam paulatinamente sua intervenção no cenário social.

Integrado a este processo, e em permanente relação com as intervenções Estatais, a Sociedade Civil é cada vez mais convocada a assumir a responsabilidades políticas. Assim, as ações reformistas do Estado procuram desestabilizar o fortalecimento da Sociedade Civil e, por conseguinte, o potencial de emancipação política das classes populares, que no processo de correlação de forças fizeram que o Estado reconhecesse suas necessidades e interesses. As influências do reordenamento Estatal, sobretudo pós anos de 1980, vêm demarcando fases que reafirmam e/ou reproduzem uma lógica de produtividade e de modelos gerenciais do setor privado na administração da esfera pública. Inicialmente, se estabeleceram mudanças de caráter macroeconômico, que permitissem um quadro de ajuste e, conseqüente: estabilidade; uma redução do tamanho do Estado e o desmantelamento de instituições protecionistas.

Neste cenário, as relações entre Estado e Sociedade Civil, e suas redefinições, também demarcam uma redefinição nas relações entre público e privado, influentes no pensar a constituição dos espaços públicos, fundamentais ao processo de construção democrática.

Estes elementos permitem constatar que os anos de 1980 e 1990 são determinantes na confluência e permanente disputa entre projetos antagônicos, sendo: um de caráter político participatório (que busca ampliar a democracia, investindo na criação de espaços públicos e na participação da sociedade civil nos debates e decisões direcionadas as questões e política públicas) e outro neoliberal (que defende um Estado que deve se retirar de modo progressivo de seu papel de proteção social; de garantidor de direitos).

Diante deste processo e, por conseguinte, das interfaces e relações estabelecidas entre Estado e Sociedade Civil, torna-se possível perceber o movimento da sociedade política pela manutenção do poder e da hegemonia – onde o confronto entre as referidas instâncias passa a ser substituído pela possibilidade de atuação conjunta, expressa pelos recorrentes processos de institucionalização dos movimentos e representações sociais. Esta lógica, que demarca uma disputa político-cultural entre os projetos antagônicos, acaba por se pautar na utilização das mesmas terminologias, resignificadas com o intuito de mascarar a perversidade e o papel ainda conservador do Estado, que se intitula democrático.

Considerando estes aspectos, o avanço do neoliberalismo tem ocasionado uma inflexão na cultura política do país, reforçada pela reestruturação do Estado e da economia, ocasionando impactos diretos na consolidação de um projeto democratizante e, por conseguinte, na garantia dos direitos que defende.

As transformações propostas pelas reformas neoliberais destacam-se pela remercantilização da força de trabalho, fragmentação e desmobilização dos sindicatos e entidades representativas, desregulamentação e rotatividade do mercado de trabalho, privatizações dos serviços. Neste contexto, se reforça a dicotomia entre o público - caracterizado enquanto ineficiente; propulsor da corrupção e do desperdício de recursos - e o privado – enaltecido sob a marca da eficiência e qualidade. Como reflexo, restringe-se a intervenção do Estado, que passa a ser minimizada, e cujas ações e programas, inclusive de proteção social, devem ser destinados a segmentos da sociedade e, em específico, a grupos com maiores índices de carência, pobreza e vulnerabilidade. Assim, o Estado passa a atuar frente à questão social de modo pontual/focalizado, também responsabilizando os indivíduos, e segmentos da sociedade civil, pelas situações em que se encontram.

Portanto, é no campo das políticas sociais que ocorre o enfrentamento de orientações e modelos para reforma do Estado. De um lado percebem-se as influências e demandas para reprodução do capital financeiro - demarcadas pela lógica da privatização e pelo acesso a políticas de seguridade social pautadas na segmentação da população expressa pela capacidade contributiva ao sistema. De outro lado, observa-se um crescimento na participação da população usuária na cogestão de sistemas sociais e na definição de prioridades para aplicação de recursos financeiros, que passam a se destacar como perspectivas integradas a processos de descentralização e democratização da gestão pública.

Neste processo, a universalização e equidade não constituíram, por longa data, as diretrizes centrais dos programas sociais. Em toda região latina americana, a exemplo do Brasil, as raízes da desagregação e exclusão social apoiaram-se em semelhantes condutores de desigualdades, fossem elas as de renda; as urbano-rurais, as regionais, as de raça e gênero, dentre outras.

Este cenário acabou por conferir pouca transparência ao conjunto de políticas, atuando de forma inibidora e restritiva, na implementação de mecanismos de reordenação, modernização, ou mesmo inovação institucional. Apesar da relevância, estas características e aspectos institucionais não se efetivam de forma isolada. A elas se associam outras características dos programas sociais, com destaque para: a ineficácia da alocação de recursos e do gasto social; má precisão e focalização dos objetivos a serem alcançados e a baixa efetividade e/ou impacto social.

Como resultante destes aspectos, todos os países latinos americanos apresentam, no limiar dos anos de 1980, um “Estado de Bem Estar Social” considerado imperfeito. Sua expansão encontrava-se associada a um padrão mais redistributivista e institucional, fortalecido pela expansão de programas universais nas áreas de saúde e educação, assim como pela integração de programas de assistência social, saúde e previdência – com destaque para as experiências do Brasil e do México.

Desde início dos anos de 1980, os sistemas de proteção social se submeteram a diversas pressões da democratização, dos ajustamentos e da crise. As demandas por ampliação dos direitos sociais pautaram-se no ideário do universalismo e, por conseguinte, na ampliação de cobertura dos programas e na efetividade do gasto social. Definem-se metas pautadas na descentralização, na transparência relativa aos processos decisórios e na ampliação da participação social.

Entretanto, se tomarmos com parâmetro o padrão histórico de construção dos Estados de Bem-Estar Social, visualizam-se poucas transformações. As alterações mais generalizadas condizem à alteração de programas compensatórios para pobreza, financiados por fundos sociais. Até meados dos anos de 1990, o que se constatou foi à ausência de um reordenamento dos sistemas de proteção social. Desta forma, destacam-se como impactos: o processo de fragilização de programas universais; a tendência a “assistencialização” da política social; e a rompimento dos parâmetros de solidariedade nos regimes previdenciários reformados.

Diante de todo este processo, a redefinição da concepção de Sociedade Civil se constitui como o deslocamento mais visível no contexto de hegemonia do projeto neoliberal, evidenciados tanto pelo processo de marginalização dos movimentos sociais, quanto pelo acelerado crescimento e significado do papel atribuído ao conjunto de organizações não governamentais – evidenciando a emergência do terceiro setor, caracterizados por uma filantropia redefinida.

Neste contexto, cada vez mais os espaços considerados democráticos de participação da sociedade civil para o debate e formulação de políticas sociais, remetem a seus setores não o papel de compartilhar decisões, mas o de assumir responsabilidades, e mesmo funções direcionadas a execução, para implementação, das políticas, provendo serviços até então definidos como deveres do Estado. Assim, esta conduta se estabelece na contramão da proposta de participação concebida pelo projeto democrático/participativo, que objetiva uma “partilha efetiva de poder” entre Estado e Sociedade Civil, através de dinâmicas e condutas deliberativas no interior dos espaços públicos.

Esta perspectiva acaba por refletir no deslocamento de significados construídos acerca da noção de Cidadania, cuja concepção ampliada, e defendida, teve início, através da mobilização e organização dos movimentos sociais na defesa de acesso aos equipamentos urbanos (moradia, água, luz, educação, dentre outros). Esta perspectiva pautava-se em um projeto de transformação social, na perspectiva de uma construção democrática que possibilite a superação de expressões do autoritarismo social. Desta forma, a defesa da cidadania pelos segmentos populares, e seus respectivos movimentos representativos, baseia-se em uma maior igualdade de relações sociais, o que conseqüentemente requer o reconhecimento dos sujeitos como portadores de interesses e direitos.

Em lógica oposta, as redefinições neoliberais acerca da concepção da Cidadania reduzem sua compreensão a um entendimento individualista de integração ao mercado, seja como consumidor e/ou produtor. Essa reconfiguração na concepção de cidadania acaba por fazer com que direitos trabalhistas sejam substituídos em prol da livre negociação entre empregados e patrões; que os direitos sociais afirmados na Carta Constitucional sejam desconsiderados pelo fato de obstaculizarem o livre e pleno funcionamento do mercado – limitando seu desenvolvimento e modernização. Neste processo, a ressignificação da concepção democrática de Cidadania também é demarcada na sua relação com a gestão da Pobreza, onde o apelo à solidariedade passa a se restringir à responsabilidade moral da sociedade, na contramão das referências a responsabilidade pública, construídas a partir dos anos de 1980.

Desta forma, a Cidadania e o seu debate, passa a explicitar uma ausência de referências acerca dos direitos universais e das causas políticas, bem como sociais, da pobreza e da desigualdade. É diante desse conjunto de elementos que se debate a construção de um novo ciclo de Políticas Sociais, comprometidas com a democracia e o desenvolvimento sustentável da população brasileira e latino-americana.

Neste cenário, se pontua o constante desafio de análise das correlações estabelecidas entre cultura, política, cidadania e democracia, no intuito de verificar o processo de mudança nos discursos e, conseqüentemente, nas práticas sociais – com destaque para uma necessária institucionalidade das políticas sociais.

Por todo o exposto, fortalecer o processo de construção de cidadania e, por conseguinte, de consolidação das Políticas Sociais, como afirmação e reconhecimento de direitos, é um papel coletivo. Assim, compreender todo esse processo, e seus desdobramentos, torna-se fundamental para qualificar a intervenção profissional.

Neste sentido, a especialização em desenvolvimento busca o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades aos profissionais participantes, são elas:

➤ Fornecer conhecimentos teóricos necessários para análise da sociedade e dos múltiplos processos que se desenvolvem e se inter-relacionam nela, com enfoque para as questões sociais que desafiam instituições e profissionais e são determinantes para elaboração de Políticas Sociais, estimulando uma reflexão crítica deste processo;

- Estimular a capacidade de análise acerca das transformações societárias contemporâneas e suas implicações sobre o Estado e a sociedade; compreender o papel das Políticas Sociais no âmbito da reestruturação produtiva e os desafios para a construção da democracia;
- Contribuir com uma formação que substantive a capacidade interventiva dos profissionais que atuam nas Políticas Sociais, qualificando o seu trabalho na medida em que desenvolvem sua capacidade, analítica e crítica, de compreensão sobre suas especificidades e sobre o cenário sócio-político sob o qual elas se constituem;
- Capacitar para o desenvolvimento de ações no âmbito da formulação, gestão e financiamento das políticas sociais brasileiras;
- Formar especialistas em Políticas Sociais para atuarem em programas e projetos que desenvolvam práticas direcionadas a materialização de direitos de cidadania.
- Fortalecer o exercício da pesquisa como prática relevante para a atuação institucional e profissional em programas e projetos no campo das Políticas Sociais.
- Formar quadros qualificados para a continuidade e o aprofundamento da formação profissional em cursos stricto sensu.
- Apresentar modernas ferramentas de monitoramento e gestão das políticas sociais.
- Orientar os profissionais na elaboração de artigos que lhes possibilitem sistematizar conhecimentos e experiências ao longo do curso, estimulando-os a futuras publicações.

II) A ESTRUTURA METODOLÓGICA E OS DADOS AVALIATIVOS DA PROPOSTA

O curso de especialização em políticas sociais da UNIGRANRIO tem seu marco inicial em 2011, decorrente de uma avaliação do núcleo docente estruturantes do curso de graduação em serviço social, apoiada e aprovada pelo conjunto de docentes, no colegiado deste mesmo curso.

Neste processo, avaliou-se que o curso de serviço social precisava criar capilaridades e novos espaços de formação acadêmica, cuja avaliação também levou em consideração os seguintes aspectos, como o Fato do curso ser proposto por uma instituição de referência e qualidade na região da Baixada Fluminense, atraindo profissionais que atuam em seus equipamentos e de outros municípios limítrofes; e, por conseguinte, a capacidade de acolhimento aos profissionais

interessados, prestando informações permanentes sobre o processo de qualificação.

Para sua aplicabilidade e sucesso era preciso pensar como dar visibilidade a proposta e, assim captar interessados, bem como definir as prioridades de abordagens, definindo a estrutura curricular a ser aplicada.

Em relação à divulgação e visibilidade do curso, além das ações e investimentos relativos ao marketing próprios da universidade, tornou-se importante divulgar a proposta do curso as instituições que atuam no campo das políticas sociais através de folders, que também são encaminhados por mala direta, abrangendo todos os ex-alunos da universidade e outras instituições de ensino.

Neste processo, devem ser feitos diferentes materiais destacando desde a importância do curso ao impacto dele para formação e qualificação no mercado de trabalho, que devem ser encaminhados periodicamente, estimulando o público a sua realização. Ao longo do percurso, apresentar material contendo opiniões de alunos que já realizaram a pós-graduação, também se demonstrou interessante.

Já a proposta curricular, organizou-se tendo como ponto de partida uma leitura histórica, estrutural e dialética da realidade, situando o cotidiano das relações sociais e enfatizando uma leitura crítica sobre os problemas deste cenário contemporâneo.

Além de uma imersão introdutória de nivelamento metodológico, o curso está estruturado em três módulos, cujas disciplinas apresentam-se a seguir:

1º Módulo - O Significado Sócio-histórico das Transformações da Sociedade Contemporânea e suas interfaces com a gênese das Políticas Sociais.

- ✓ As Políticas Sociais no contexto das Transformações Contemporâneas.
- ✓ Fundamentos de Política Social.
- ✓ Trabalho e Questão Social: Crise Capitalista Contemporânea e impactos no sistema de Proteção Social.
- ✓ Pobreza e Desigualdade Social na origem das Políticas Sociais.
- ✓ Estado, Esfera Pública e Sociedade Civil.

2º Módulo - A Política Social no cenário Brasileiro: fundamentos para uma análise histórica.

- ✓ As Especificidades e Interpretações Históricas das Políticas Sociais Brasileiras.

- ✓ Formação Histórica e Política do Brasil.
- ✓ Trajetória das Políticas Sociais na América Latina e no Brasil.
- ✓ Políticas Sociais e Cultura Política no Brasil.
- ✓ Gestão, Planejamento e Avaliação das Políticas Sociais no processo de Democratização Brasileiro.

3º Módulo -Políticas Sociais: formulações e expressões em desenvolvimento no Brasil.

- ✓ Os Significados e Impactos das Políticas Sociais em diferentes segmentos da Sociedade.
- ✓ Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Direitos Humanos.
- ✓ As Políticas de Seguridade Social: Saúde.
- ✓ As Políticas de Seguridade Social: Assistência Social e Previdência.
- ✓ Políticas de Transferência de Renda.
- ✓ Tópicos Especiais em Políticas Sociais.

Para cada disciplina, há um conjunto próprio de referências bibliográficas atualizadas e pertinentes ao debate e as demandas no campo de análise e prático profissional. Assim sendo, são muitas e refletem os conteúdos delimitados pelas ementas e projeto pedagógico do curso, que envolve diversas outras atividades, como:

(A) Simulado com questões de concurso público: ao final de cada módulo serão aplicadas, aos discentes, questões de concursos públicos de todo o país, de forma a trabalhar questões solicitadas em seleções públicas, relacionadas aos estudos e abordagens desenvolvidas nos estudos de pós-graduação. É mais uma maneira do pós graduando exercitar o conhecimento apreendido, sendo esta uma atividade opcional;

(B) A Pós-Graduação será desenvolvida em três semestres. Ao longo desse período, os discentes que desejarem poderão realizar Monitoria junto a Docentes do Curso de Graduação em serviço Social da UNIGRANRIO. Esta não é uma atividade obrigatória, mas os discentes que se inserirem na Monitoria terão esta atividade registrada em seu certificado de Curso, além de agregar conhecimento sobre prática docente no ensino superior. O registro será realizado como Disciplina Eletiva de

aperfeiçoamento prático. Importante mencionar que a monitoria não garante ao discente qualquer tipo de bolsa ou remuneração;

(C) Vídeo Debates e estímulo a Participação em Fóruns Regionais de Políticas Sociais: atividade a ser realizada periodicamente pelo grupo de alunos do Curso de Pós Graduação possibilitando o debate sobre temas diversos a partir de filmes e documentários relacionados aos temas que são discutidos ao longo da especialização. Esta atividade é aberta a participação de profissionais que atuam nas diversas políticas públicas, qualificando o debate para formação e/ou consolidação de um Fórum Regional sobre o tema e, assim, para discussão de estratégias sobre a realidade na atuação profissional;

(D) Orientação de Artigo Científico: cada discente deverá realizar como atividade de fim de curso um Artigo Científico inédito sobre tema de seu interesse, articulado ao conteúdo da Pós-Graduação. Além das Orientações - em aulas específicas sobre metodologia de pesquisa e técnicas de elaboração de relatórios e tratamento de dados, referente a aspectos estruturais e organizacionais do artigo - cada discente poderá escolher um professor do curso para orientá-lo no processo. Após o término das disciplinas o discente terá três meses para entregar o artigo pronto e, neste período, poderá agendar com o professor orientador, encontros para discutir e receber sugestões teórico-metodológicas de construção do conteúdo de sua proposta.

Estes aspectos demarcam diferenciais no desenvolvimento do curso e em relação deste aos já existentes no mercado, sendo possível destacar: 1) Corpo docente qualificado (todos mestre, doutorandos e/ou doutores) e com domínio teórico-prático sobre o tema; 2) Conjunto de disciplinas que qualificam os participantes a uma formação capaz de subsidiar à formulação, gestão, execução, monitoramento e avaliação das políticas sociais; 3) Crescente e contínua demanda por atuação profissional em ações desenvolvidas no contexto de execução das Políticas Sociais e, por conseguinte, em ações destinadas a garantia dos direitos de cidadania da população usuária dos serviços.

Todos esses aspectos foram significativos para que em todos os anos o curso formasse turma, cujos resultados de adesão e acompanhamento, demonstram potencial sucesso da proposta. Neste sentido se considerarmos as turmas já

finalizadas, mas iniciadas no início dos anos de 2011, 2012 e 2013, verificamos que a especialização teve pleno êxito tanto de inserção, quanto de conclusão. Em 2011, primeiro ano do curso, verificamos que 42 profissionais ingressaram e destes 33, ou seja, 78,57% concluíram com êxito a formação. Vale destacar que esta primeira turma foi formada com grande participação de ex-alunos, que totalizavam 73,8% do total de inscritos.

Em 2012, o patamar de inscritos se manteve, com um pequeno acréscimo, totalizando 44, dos quais 35, ou seja, 79,54% obtiveram titulação. Neste ano, também verificamos uma grande procura de ex-alunos da universidade, no total de 75% dos candidatos.

Em 2013, tivemos o maior quantitativo de inscritos, totalizando 55 dos quais 42, ou seja, 76,36% responderam positivamente a todas as disciplinas e ao trabalho de conclusão. Este ano o perfil da turma já começa a se modificar apresentando um percentual de 60% de egressos da própria UNIGRANRIO.

O panorama processual de implantação das turmas nos revela um percentual médio que varia de 20,46% a 24,64% de abandono e/ou cancelamento do curso, cujos motivos se demonstraram diversos: desde a ausência de recursos para continuar provendo o curso, passando por definição de outras prioridades pessoais e ainda a influência de dificuldades familiares.

Da mesma forma, convém destacar, neste processo, que apesar de ser uma política da universidade o incentivo ao retorno de ex-alunos em cursos de especialização, a coordenação do curso sempre dialogou sobre o entendimento de que o curso de fato estaria reconhecido socialmente, e com base solidificada, quando sua formação passasse a contemplar, em proporção superior, alunos formados por outras instituições de ensino. Considera-se assim, que deste modo novos atores buscavam na UNIGRANRIO e, por conseguinte, no curso de especialização, excelência de formação que outras do mercado não oferecem. Essa mudança só veio a ocorrer em 2014. Por isso, as turmas de 2014 e 2015, merecem análise apesar de ainda não finalizadas.

A turma de 2014, que brevemente inicia seu processo de finalização e elaboração do artigo final, foi à turma em menor quantitativo de participantes, contando com 25 inscritos, dos quais até o momento somente 02 cancelaram. Ou seja, apesar de menor, apresenta uma adesão maior na faixa de 92%. A análise da organização desta turma demonstra outra peculiaridade, relacionada ao fato de que

somente 02 profissionais, ou seja, 8% do total de inscritos são de ex-alunos da universidade. Já a turma de 2015, iniciada em abril recente, conta com 33 inscritos, dos quais 30, ou seja, 91% permanecem no propósito da formação, sendo destes, 57% egressos.

Esse conjunto de dados vem demonstrando a potência do curso como capaz de promover a inserção dos profissionais no mercado de trabalho e em outros espaços de produção de conhecimento. Importante destacar que nas cinco turmas realizadas, em todos os anos, cerca de 10% de seu conjunto de discente conseguiu ingressar em mestrados ofertados em instituições de ensino conceituadas no estado do Rio de Janeiro, a saber: PUC-Rio, UERJ, UFF, UFRJ.

Assim, a experiência da especialização em políticas sociais da UNIGRANRIO vem demonstrando que investir na formação contínua e agregadora de valor articulado a elementos norteadores do fazer profissional é preciso. Portanto, reconhecer que o cotidiano das áreas profissionais possuem diversas possibilidades de abordagem, bem como potencializá-las, é preciso.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Lília da Rocha, et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

BATTINI, Odária. SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. Editora Veras: São Paulo, 2010.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete (Orgs.). Política social: fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 2, 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, Maria Inês S. Serviço social e a Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo, Cortez/ Editora UFRJ, 1996.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de Políticas Públicas para concretização dos Direitos Humanos. São Paulo: USP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a Democracia e os Obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). Os Sentidos da Democracia e da Participação. Instituto Polis. São Paulo: 2005. p. 23 – 30.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia – Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social? São Paulo: Brasiliense, 2004.

FONSECA, Ana Maria M. Família e Política de Renda Mínima. Cortez: São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 33ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 6ª edição. Edições Loyola: São Paulo, 2007.

GRAHAM, R. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Editora Loyola: São Paulo, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: Custeio da seguridade social – Benefícios – Acidente do trabalho – Assistência social – Saúde. 20ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

MATTOS, Ruben Araújo de & PINHEIRO, Roseni (org.). Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em Saúde. Rio de Janeiro, UERJ, IMS: ABRASCO, 2003.

MOISÉS, José A. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais; Vol. 23, Nº 66. São Paulo, 2008. p. 11-43.

NEVES, Ângela V. Clientelismo, Cultura Política e Democracia: dilemas e desafios da participação popular: a experiência do orçamento participativo da cidade de Barra Mansa. UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2006.

NETTO, José P. Ditadura e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Social: uma questão em Debate. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

_____. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

RICO, Elisabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERO, Adriana R. et. al. Os Hereges Temas em Direitos Humanos, Ética e Diversidade. 1ª Edição. Armazém Digital: UFRGS/UNIGRANRIO, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Laura Tavares. O Desastre Social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA. Maria Ozarina Silva e et. al. A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. (Org.) Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Previdência e assistência social – legitimação e fundamentação constitucional brasileira. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 2003.